

A LUTA DOS POVOS GUARANI NO EXTREMO OESTE DO PARANÁ

THE FIGHT OF THE PEOPLES GUARANI IN THE EXTREME WEST OF PARANÁ

Teresa Itsumi Masuzaki¹

Itsumi_28@hotmail.com

RESUMO

No Paraná existem diferentes conflitos no campo. Os principais conflitos envolvem de um lado os sem-terra, quilombolas e indígenas, e, de outro, proprietários rurais do agronegócio latifundiário. A existência desses conflitos indica que existe um problema agrário, uma questão agrária que não foi resolvida. No extremo oeste do Paraná, a partir de 2012, emerge a luta pela terra dos indígenas de etnia Avá-Guarani, especificamente nos municípios de Guaíra e Terra Roxa, fronteira com Paraguai e Mato Grosso do Sul. Com isso, passam a vivenciar um vigoroso movimento de difamação e falsas informações, orquestrado por setores ruralistas, criando, assim, uma atmosfera hostil à presença indígena, que tem levado a violação de seus direitos mais fundamentais. O texto tem como proposta apresentar as condições precárias de sobrevivência que se encontram os indígenas Guarani nos municípios de Guaíra e Terra Roxa, como também apresentar um breve histórico do processo de expulsão dos Guarani de seus territórios, trazendo para o debate algumas reflexões e questionamentos sobre a questão indígena em geral.

PALAVRAS CHAVE: luta indígena, Guarani, tekohá.

ABSTRACT

In Paraná, there are different farm-related conflicts. The main ones involve, on one hand, the landless people, the people living in quilombos and the Indians and, on the other hand, the owners of latifundia agribusiness farms. The existence of this conflicts shows that there is a land problem which has not been solved. In the extreme west of Paraná, since 2012, the fight for Avá-Guarani's indigenous land emerges, specifically in the cities of Guaíra and Terra Roxa, borberline with Paraguai and Mato Grosso do Sul. Since then, these Indians have been experiencing a vigorous movement of defamation and false information, orchestrated by rural sector, thus creating a fundamental rights. The text aims to present the precarious survival conditions experience by these Guarani Indians in the cities of Guaíra and Terra Rosa, as wel as to present a brief record of the expelling, process lived by the Guaranis from their land, bringing up some reflections and questions about the indigenous issue in general.

KEYWORDS: indigenous fight, Guarani, tekohá

¹ Mestre pelo Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Geografia da Unioeste/Marechal Cândido Rondon.

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, percebe-se nos principais meios de comunicação a disseminação de discursos que alimentam o ódio e preconceito contra os povos indígenas. A campanha anti-indígena atendendo os interesses de alguns grupos bem representados pela mídia e pelo parlamento, alcança repercussão nacional.

Na Região Oeste do Paraná, a partir de 2012, muitos indígenas que no passado foram obrigados a se retirarem de suas terras, se refugiando em outras regiões do próprio estado paranaense, Paraguai e Mato Grosso do Sul, começam a retornar aos seus locais de origem. Nos municípios de Guaíra e Terra Roxa, conforme Oliveira (2013), o número chega a aproximadamente 1400 indígenas, em sua maioria da nação Guarani. Estando eles, organizados em treze aldeias (oito em Guaíra e cinco em Terra Roxa).

A partir do momento que nos municípios de Guaíra e Terra Roxa, os indígenas em sua maioria de etnia Avá-Guarani começam a se organizar politicamente e a discutir a demarcação de suas terras, tanto os indígenas quanto a FUNAI, passam a vivenciar as consequências de um vigoroso movimento de difamação e falsas informações articulado por setores ruralistas. Criando uma atmosfera hostil à sua presença que tem levado a violação de seus direitos mais fundamentais.

Os movimentos sociais do campo e da cidade são frequentemente difamados pelos principais meios de comunicação. As pautas de luta geralmente são distorcidas ou simplesmente ignoradas, jogando grande parte da população contra os movimentos. Com o movimento indígena na região do extremo Oeste do Paraná não é diferente, além da tentativa (inclusive bem sucedida) de querer deslegitimar a luta, os Guarani são vítimas de forte preconceito e racismo das elites locais e regionais que se reproduz socialmente a partir de notícias veiculadas na imprensa. Conforme Fabrini et al (2013) os segmentos dominantes locais, apoiados inclusive por autoridades políticas, tais como deputados, prefeitos, vereadores, senadores, dentre outros, incitam ferozmente ações contra indígenas e difundem a ideia que sua existência é um prejuízo social e obstáculo ao desenvolvimento da região.

o início do processo de colonização, o Estado brasileiro desconsiderou a presença indígena na região. A partir disso, se originam no senso comum, discursos que questionam a identidade indígena dos Guarani, taxando-os de “paraguaios” ou “bugres”. Conforme Ian

Packer² (2013), essa seria uma forma de negar-lhes direitos e qualquer tipo de proteção pela legislação indigenista vigente à época, e assim, não prejudicar o avassalador processo de colonização que se instaurava com o projeto de “Marcha para o Oeste”.

Este texto foi elaborado a partir de informações obtidas através de sucessivas visitas às tekohás de Guaira e Terra Roxa. O primeiro contato foi em março de 2013, em uma visita realizada por uma comissão da Associação dos Geógrafos Brasileiros-AGB, seção local de Marechal Cândido Rondon. Depois outras pessoas e entidades passaram a acompanhar e apoiar o movimento, em que foram realizados diversos eventos importantes como passeatas, palestras para discutir sobre a questão indígena e também atividades nas aldeias. O texto foi feito também através de levantamento bibliográfico, de notícias jornalísticas e vários diálogos com funcionários da FUNAI que trabalham na Coordenação Técnica Local – CTL em Guaira/PR durante 2013 e 2014.

O artigo tem como objetivo principal denunciar as condições precárias de sobrevivência das famílias guaranis nas ocupações localizadas nos municípios de Guaira e Terra Roxa no Estado do Paraná e um pouco sobre o histórico do processo de ocupação da região e conseqüentemente a expulsão dos guaranis de seus territórios.

Conforme Packer (2013), as condições de vida que a região oferecia aos Guarani com a ausência de estradas, colonos e cidades, a presença de uma densa mata, somada a liberdade de trânsito na fronteira, contrastam de maneira radical com a forma que estes passaram a viver dos anos de 1940 em diante, a partir da chegada dos colonos. O relatório aponta algumas balizas históricas de solapamento dos direitos humanos e territoriais dos Guarani, tais como a criação da Colônia Militar em Foz do Iguaçu em 1892, a presença da Companhia Mate Laranjeira desde 1887. Posteriormente o Estado brasileiro buscou apoiar o ciclo de exploração da erva-mate por meio do Serviço de Proteção ao Índio, estabelecendo postos e criando reservas indígenas a partir de 1915, na intenção de concentrar mão de obra. Conhecidos como “postos ervateiros”. Outras ações do Estado Brasileiro que contribuíram para solapar o direito dos Guarani ao seu território foram: a criação do Parque Nacional do Iguaçu em 1939, o quartel em Guaira criado em 1947 e a formação do lago da Usina Hidrelétrica de Itaipu em 1982, dentre outros.

² Antropólogo e pesquisador associado do Programa Guarani do Centro de Trabalho Indigenista (CTI), realizou trabalho de campo junto aos Guaranis do Oeste do Paraná e levantamentos bibliográficos que resultou em um relatório que objetivou subsidiar a Comissão Nacional da Verdade a respeito de graves violações dos direitos humanos cometidos aos Guarani entre 1946 a 1988 no Oeste do Paraná.

Percebe-se assim que as violências praticadas contra os indígenas são históricas, e dentre elas está o não reconhecimento de seus direitos territoriais. É através da história de ocupação da região Oeste do Paraná, a expansão do agronegócio que é possível entendermos a luta dos Guarani nos dias atuais. A título de exemplo, em relação as ocupações mais recentes, buscar entender quais fatores os obrigaram a abandonarem suas tekohás no passado. E hoje, quais os fatores que os motivaram a retornar e a lutar pelos seus direitos territoriais?

O presente texto tem como objetivo apresentar um pouco sobre a realidade dos Guarani no extremo Oeste do Paraná, para que possa contribuir com o debate proposto, somando-se as críticas, sugestões e questionamentos que possam colaborar para o desenvolvimento das pesquisas e principalmente com a luta indígena em geral.

CONDIÇÕES PRECÁRIAS DE SOBREVIVÊNCIA NAS TEKOHÁS DE GUAÍRA E TERRA ROXA

A partir do ano de 2012, na Região do extremo Oeste do Paraná, especificamente nos municípios de Guaíra e Terra Roxa, muitos indígenas que no passado foram obrigados a se retirarem de suas terras, se refugiando em outras regiões do próprio estado paranaense, bem como no Paraguai e Mato Grosso do Sul, começaram a retornar aos seus locais de origem. Conforme Oliveira (2013), foram contabilizados entre esses dois municípios aproximadamente 1400 indígenas, em sua maioria da nação Guarani. Estando eles organizados em treze ocupações (oito em Guaíra e cinco em Terra Roxa) de áreas urbanas e rurais nos referidos municípios.

No primeiro contato com os indígenas de Guaíra e Terra Roxa, realizado em março de 2013, percebeu-se o descaso de determinados agentes públicos em relação à presença indígena na região. Conforme foi observado, na maioria das ocupações as famílias indígenas não tinham a garantia de condições e direitos básicos mínimos, como acesso à água potável, energia elétrica, escola, saúde, dentre outros. Além de enfrentar diariamente a forte hostilidade da população não indígena local.

Neste sentido, se destacam duas ocupações na área rural de Guaíra – Tekohá Taturi e a Tekohá Mirin – as quais se encontram em condições extremamente precárias, pois estão instaladas próximas ao “lixão” municipal, e para sua sobrevivência dependem dos descartes que ali são depositados.

As escolas das comunidades são mantidas pelos próprios indígenas e encontram-se igualmente em situações precárias. Recebem descartes de escolas públicas, como mesas e cadeiras. Em dias de chuva, a prática do ensino é inviabilizada. Logo abaixo (Figura 1), pode-se observar a escola indígena da ocupação Tekohá Renda, no município de Terra Roxa:



Figura 1: Escola indígena na ocupação Tekohá Renda/Terra Roxa
Fonte: MASUZAKI, T. I. Trabalho de Campo, março de 2013.

O Poder Público não aprova a instalação de “escola itinerante” para os indígenas, pois considera que as ocupações são irregulares. Em algumas escolas regulares, crianças indígenas já sofreram assédio moral e preconceito pelos colegas e por funcionários, devido às condições em que se encontram.

A Tekohá Karumbeí, uma das ocupações mais antigas de Guaíra, encontra-se exprimida em um fundo de vale, devido à expansão de outras ocupações irregulares. Desde o processo da formação da cidade, os indígenas já se encontravam nesta área. Conforme a cidade foi se expandindo, os indígenas foram sendo espremidos em uma área cada vez menor. A ausência de políticas públicas voltada para a construção de moradias para famílias mais pobres e a especulação imobiliária, contribuíram para que parte da população pobre e não indígena acabasse ocupando a mesma área que se encontram os Guarani. As duas ocupações se confundem em um único espaço, convivendo indígenas e não indígenas em

situações muitos semelhantes de precariedade, como, moradias improvisadas, falta de saneamento básico, esgoto a céu aberto e etc.

Acrescenta-se que para garantir sua sobrevivência, além de medidas assistenciais, como o “Bolsa Família”, as comunidades se organizam para produção de subsistência nas áreas ocupadas. Muitos indígenas buscam trabalho na construção civil, propriedades agrícolas, frigoríficos, cooperativas agrícolas, dentre outras. Mas para enfraquecer a resistência indígena, muitos empresários e proprietários rurais mobilizaram-se na região para a não contratação de mão de obra indígena.

Os Guaranis, a partir de 2012, se tornaram vítimas de uma campanha anti-indígena massiva, organizada por setores ruralistas e determinados agentes públicos, como deputados, senadores e prefeitos. Reuniões foram realizadas em vários municípios, e contaram com a presença de figuras públicas como o Deputado Estadual pelo Paraná, Élio Lino Rusch, e o Deputado Federal Dilceu Sperafico. Os discursos proferidos nessas reuniões contribuíram para legitimar e fortalecer a disseminação do ódio e preconceito contra os indígenas.

Outros mecanismos foram utilizados, como a formação de um suposto “Comitê em defesa da verdade”, que junto aos principais meios de comunicação e a distribuição de panfletos, buscaram apoio da população local às atuais políticas anti-indígenas da bancada ruralista no Congresso Nacional e difundiram informações falsas sobre a FUNAI e os indígenas no Brasil.

A situação de extrema miséria em que vivem os índios na região Oeste do Paraná, com falta de perspectiva para o futuro dos jovens e adolescentes, e somado ao ambiente hostil que precisam enfrentar cotidianamente, devido ao movimento de oposição à presença indígena que tem incitado o preconceito étnico-racial, possivelmente são alguns dos fatores que tenham contribuído para o surgimento de casos de suicídios na região. Conforme o Conselho Indigenista Missionário – CIMI, em 2013 houve três casos de suicídios no Paraná, destes, dois foram em Guaíra e um em Terra Roxa, todos adolescentes entre 16 a 18 anos.

Os casos de suicídio indígena têm aumentado consideravelmente nos últimos 10 anos. Conforme o CIMI (2013), o maior número de casos registrados foi de jovens com idade entre 13 a 21 anos. A ampla maioria destes era do sexo masculino e usou a estratégia do enforcamento para acabar com sua vida. O maior número de casos foi registrado no Mato Grosso do Sul (MS), e as vítimas pertenciam ao povo Guarani-Kaiowá. Conforme o relatório do CIMI, no período de 1986 a 1997, foram registradas 244 mortes entre os

Guarani-Kaiowá no MS, número que triplicou na última década (do ano de 2000 a 2013) para 684 casos.

Acredita-se que a motivação para tantos suicídios tenha sido uma somatória de fatores, dentre eles, a falta de perspectiva para a juventude indígena. A situação de vida extremamente precária, falta de trabalho, sem a terra para viver, a discriminação étnico-racial, condutas incentivadas pelos meios de comunicação (tratados como empecilhos ao desenvolvimento), dentre outros.

Diante da situação de calamidade social em que vivem os Guarani, é importante salientar que, para além das ações da FUNAI – que dentro da legislação brasileira busca amenizar a situação de precariedade que se encontram nos municípios de Guaíra e Terra Roxa – há também um pequeno movimento que apoia a luta indígena, somando-se às manifestações, mas também na tentativa de atender necessidades mais imediatas, dar visibilidade ao movimento mostrando que tem apoio e principalmente no sentido de desconstruir as falácias divulgadas pela mídia.

A reprodução da cultura e do modo de vida indígena é dificultada sem a garantia de sua territorialidade. Porém, isso tem sido tolhido principalmente pelo modelo de produção do agronegócio, que incentiva a produção desenfreada em busca do lucro, que trata a terra como um mero negócio, sem se preocupar com a natureza e com os povos que dependem dela para sobreviver.

BREVE HISTÓRICO SOBRE A DESOCUPAÇÃO DOS GUARANIS NAS CIDADES DE GUAÍRA E TERRA ROXA - PARANÁ

Como já destacado, diversas falácias sobre o movimento indígena e sobre o aumento do seu contingente populacional se proliferaram na região. Dentre elas, destacam-se: a divulgação do número de 100.000 hectares de terras que os indígenas estariam reivindicando. O que causou um sentimento de pânico na população não índia. A segunda, que a FUNAI estaria trazendo indígenas de outras regiões, principalmente do Mato Grosso do Sul e do Paraguai, para forçar a demarcação de terras, e que neste processo haveria o interesse de ONGs estrangeiras.

No primeiro contato com os Guaranis de Guaíra e Terra Roxa, buscou-se o diálogo para entender sobre as (des)informações que estavam sendo transmitidas pela mídia dominante, como o discurso de que não eram indígenas que estavam ocupando a região,

mas que eram paraguaios. Na aldeia Tekohá Renda, a liderança informou que a ocupação era recente, contudo naquela mesma área viviam seus antepassados, onde muitos de seus ancestrais foram enterrados.

Na aldeia Tekohá Y'hovy, a vice-liderança, Paulina Martinês, em uma das visitas à aldeia, surpreendeu com uma comovente fala (que infelizmente não foi transcrita na íntegra), de que eles, os Guaranis, não querem tomar terras de ninguém, querem apenas um espaço para viver. Os indígenas mais jovens não perceberiam a legitimidade da sua luta, se não fossem olhar para trás, para a história de seu povo. Sua avó dizia que foram os brancos que invadiram suas terras, os expulsaram do seu espaço de viver, onde se encontram os espíritos de seus antepassados.

Conforme Ian Packer (2013) a maior fonte de informação sobre a ocupação Guarani no Oeste do Paraná continua sendo a memória dos Guarani, dos *xamoõ kuery* (anciões) e *xary kuery* (anciãs) que vivem na região, e lembram das violências sofridas, tendo clara consciência do prejuízo que elas trouxeram ao seu modo de vida, bem como do sofrimento que trouxeram para si e seus familiares.

Antes mesmo do processo de colonização, a região do Paraná onde se localizam os municípios de Guaíra e Terra Roxa já contava com a presença dos Guaranis. Das oito ocupações indígenas que hoje se encontram no município de Guaíra, muitas são antigas ao ponto de a cidade ter crescido ao entorno delas, como a aldeia Tekohá Carumbeí. Esta vive hoje exprimida por outras moradias irregulares de famílias pobres e não indígenas, em uma área de fundo de vale.

Foram sucessivos eventos no processo de ocupação da região Oeste do Paraná que impactaram a vida dos Guaranis. A invasão de seus territórios resultou na imposição de uma nova lógica territorial, não apenas diminuindo o seu espaço de sobrevivência, mas deixando-os sobre condições ecológicas e espaciais mínimas para a reprodução do seu modo de vida.

Conforme Ian Packer (2013), as condições de vida que a região oferecia aos Guarani – com a ausência de estradas, colonos e cidades, a liberdade de trânsito na fronteira e uma densa mata – contrastam de maneira radical com a forma com a qual eles passaram a viver dos anos de 1940 em diante, com a chegada dos colonos. O relatório aponta algumas balizas históricas de solapamento dos direitos humanos e territoriais dos Guarani, tais como a criação da Colônia Militar em Foz do Iguaçu no ano 1892 e a presença da Companhia Mate Laranjeira desde 1887. Posteriormente, o Estado brasileiro buscou apoiar o ciclo de exploração da erva-mate por meio do Serviço de Proteção ao

Índio, estabelecendo postos e criando reservas indígenas a partir de 1915, com a função de concentrar mão de obra, conhecidos como “postos ervateiros”. Em seguida, houve a criação do Parque Nacional do Iguaçu em 1939, o quartel em Guaíra, criado em 1947 e a formação do lago da Usina Hidrelétrica de Itaipu em 1982, dentre outros.

Conforme Myskiw (*apud* PACKER, 2013), o objetivo da Colônia Militar em Foz do Iguaçu após a Guerra do Paraguai (1864-1870) se impunha como forma de garantir posse real, coibindo a presença de ervateiros e madeireiros argentinos e paraguaios que trabalhavam na região. Mas devido ao seu isolamento, ainda cercada por mata, os militares acabaram tomando algumas providências para garantir a sua ocupação. Vendiam bens extraídos das florestas e selavam contratos com os ervateiros e madeireiros argentinos, permitindo o avanço sobre novas áreas de florestas e terras em diferentes pontos do extremo oeste paranaense.

Embora a Colônia Militar tenha sido extinta em 1910, o processo de colonização se perpetuou, e a mão de obra indígena foi utilizada para derrubada da mata, na abertura de estradas e para trabalhar na extração de erva-mate, em condições análogas à escravidão. À medida que as estradas que ligavam Foz do Iguaçu até Guaíra, e estas a Guarapuava e Umuarama, respectivamente, foram abertas e se consolidaram, abriu-se caminho para a chegada das companhias colonizadoras, a partir dos anos 1940, que vieram se instalar na região e passaram, elas também, a empregar a mão de obra Guarani ou a expulsá-los violentamente de suas terras (PACKER, 2013, p.30) As colonizadoras, neste processo, tiveram total aparato do Governo, dos militares e jagunços para a expulsão dos indígenas de suas terras.

Conforme Packer (2013), a implantação do quartel do Exército brasileiro na região em 1947, uma das medidas adotadas por Getúlio Vargas, foi muito significativa e muitos indígenas se lembram deste episódio. Como Pivo Benites, 63 anos, e Lídia Antônia Gonçalves, 82 anos. O próprio local em que foi implantado o quartel era uma área de ocupação Guarani, a qual possuía casinhas de taquara e sapé por toda margem do rio Paraná, e que posteriormente, nos anos de 1980, foi parcialmente inundada com a formação do lago de Itaipu.

Ferdinando (funcionário da FUNAI que trabalha no CTL em Guaíra) assegurou que a problemática indígena na região se deve a um aspecto particular do processo da ocupação na região. No período da colonização, não se pensou na demarcação de terras para os indígenas que viviam nos municípios de Guaíra, Terra Roxa e outros próximos. Já

no Mato Grosso do Sul, o SPI criou diversas reservas, com a finalidade de confinar a população indígena e concentrar mão de obra para as empresas ervateiras.

Ferdinando, por meio de um diálogo informal, explica que com o avanço do homem branco sobre seu território, os Guarani foram recuando, se concentrando em um pequeno espaço terra ou forçados a se retirar para outros lugares, como para o Paraguai e Mato Grosso do Sul. Muitos Guarani foram levados forçadamente para outras regiões, como para a reserva Rio das Cobras em Laranjeiras do Sul, criada pelo Serviço de Proteção ao Índio (SPI) em 1901 para confinar os Kaigangs, etnia que tem uma rivalidade histórica com os Guarani. O “SPI demarcou terras onde julgou ser mais conveniente para o desenvolvimento das atividades integracionistas, o que nem sempre coincidia com as áreas de ocupação tradicional.” (FERREIRA, 2007.p.41)

As ocupações mais recentes de Guairá e Terra Roxa são formadas principalmente por indígenas que retornaram do Paraguai e Mato Grosso do Sul, tornando-se um pilar para o questionamento sobre a sua identidade indígena e para disseminação do discurso de que não são da região. O retorno desses povos indígenas é reflexo do processo de expansão do agronegócio sobre suas terras no Paraguai, bem como da tecnificação da cana-de-açúcar no Mato Grosso do Sul, que desempregou muitos indígenas, dificultando adquirir o mínimo necessário para sua subsistência.

Na tentativa de resolver o conflito estabelecido entre indígenas e ruralistas, algumas autoridades do Poder Público propuseram que os índios fossem deslocados para locais inabitados e isolados. Sendo que, isolados da sociedade, acabariam por ser esquecidos, e o problema seria artificialmente “resolvido” por parte do Poder Público. Mas em contrapartida, houve uma resistência por parte dos Guarani em se deslocarem para estas áreas.

Entende-se que os Guarani não lutam por qualquer pedaço de terra. Muito pelo contrário, como visto anteriormente, querem um pedaço de terra em que possuem vínculos de pertencimento e que possam reproduzir a sua cultura. A demarcação da terra indígena é a principal pauta de luta dos Guarani. Por outro lado, observa-se que o movimento indígena vai para além da luta pela terra. Neste sentido, é relevante questionar o que os indígenas anseiam para além da demarcação de suas terras? Querem manter uma relação com a sociedade não indígena? Como pensam em manter seu modo de vida integrado a uma sociedade de não indígenas, para que se possa de fato haver uma integração e não apenas uma simulação?

Para que se torne possível compreender a legitimidade da luta dos Guarani, é preciso entender a história deste povo, o que está na origem da situação extremamente precária em que as comunidades se encontram hoje, e a pressão da população envolvida para os retirarem de seus últimos locais de ocupação.

Conforme Diogo (2013) as acusações feitas contra os índios, configurando-os como paraguaios, se estabelecem como atos de covardia e ignorância histórica, ao desconhecer que os Guarani são brasileiros antes mesmo de o Brasil existir. O conhecimento histórico demonstra que os sítios arqueológicos, sobre os quais boa parte dos índios da região se encontram atualmente assentado, são datados de cerca de dois mil anos, muito antes da época em que a região era ainda a antiga Província Del Guayrá, sob domínio espanhol, onde padres jesuítas lutavam contra a escravidão dos índios e a invasão de suas terras.

Além disso, ignora-se a história recente do país, quando nos anos de 1970, dentre os projetos levados a cabo pela Ditadura Militar no Brasil, boa parte dos Avá-Guarani foram expulsos para o Paraguai, liberando o terreno para a construção da Usina de Itaipu e para a invasão de hordas de imigrantes gaúchos, descendentes dos refugiados das guerras na Europa, que chegavam à região ostentando portentosos sobrenomes alemães e italianos, e se apropriando das terras que antes eram ocupadas pelos índios. Portanto, quem seriam de fato os invasores? É possível assegurar que, do ponto de vista dos índios, são aqueles que hoje estão os rejeitando.

Neste sentido, é possível questionar como se deu o processo de expulsão dos indígenas de suas Tekohás, e sobre a situação dos “proprietários” de terra perante a legislação brasileira referente às áreas que hoje se divulgam “invasadas” pelos indígenas? Entender como este movimento anti-indígena e a violação de seus direitos territoriais estão estreitamente relacionado com o contexto muito mais amplo do capital globalizado, do avanço do agronegócio, do capital internacional.

Diante do avanço da agricultura convencional de negócio (agronegócio) – altamente dependente do uso de insumos químicos (fertilizantes, secantes e agrotóxicos), que contaminam a água, o solo e destroem o meio ambiente – torna-se importante desmascarar o discurso hegemônico que se volta a favor da agricultura empresarial, apresentando seu caráter destrutivo, uma produção que está voltada para os princípios da acumulação de capital e não para as necessidades genuinamente humanas. Neste sentido, a pesquisa propõe trazer elementos que comprovem como a demarcação de terras e o atendimento da reivindicação dos indígenas poderá trazer um conjunto de benefícios ambientais para

região, devido às relações harmônicas que estes tecem com a natureza. Assim, não só os indígenas serão beneficiados com a demarcação, mas a sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os Guarani de Guáira e Terra Roxa são vítimas de um vigoroso movimento de difamação, encampado tanto por produtores rurais, quanto por alguns agentes públicos, que visam uma vez mais removê-los de suas terras. Os discursos reproduzidos hoje, são os mesmos de quando foram esbulhados de seus territórios, com o objetivo de subtrair os direitos humanos e territoriais dos Guarani.

Embora muitas ocupações em Guáira e Terra Roxa sejam recentes, não pode ser considerada a luta ilegítima, ao contrário, são lugares de ocupação tradicional onde viviam antes do esbulho e que hoje, foram retomados com a esperança de terem seus direitos reconhecidos e efetivados.

Os Guarani não estão ocupando áreas aleatórias, pelo contrário, a terra em que se encontram corresponde aquelas onde viveram seus antepassados, em que existe uma relação de pertencimento. A necessidade de um território de identidade afetiva, que lhes permita a prática de sua cultura e de suas práticas religiosas.

Contudo, percebemos que com o processo de ocupação da região, caracterizado pelo avanço do agronegócio, e pela extensão de monocultivos, a maioria das terras florestadas da região foram suprimidas. As ocupações se realizaram nas únicas terras florestadas que restaram na região, não trazendo prejuízos para a produção agrícola como é divulgado nos principais meios de comunicação. As transformações das condições naturais em que viviam em um passado não muito distante, as fronteiras territoriais impostas, dificulta a realização do modo de vida específico dos Guarani.

Conforme Oliveira (2011), na luta pela garantia de direitos e pela terra, a aceitação da demarcação de terras indígenas é contrária aos fundamentos étnicos e filosóficos dos Guarani, pois ninguém pode ser dono da terra. Entretanto, a luta pela regularização fundiária é o único caminho possível que encontraram para assegurar de alguma forma a continuidade de seu modo de vida, garantindo áreas com matas, água boa e terra fértil, que mesmo sendo exígua, permitem que deixem de ser espoliados, expulsos e vítimas das violências e atrocidades neocoloniais.

Como já foi ressaltado anteriormente, o texto não tem como pretensão trazer resultados prontos e acabados. De um lado, porque a ciência sendo dialógico-dialética por essência está sempre em construção, e este texto é resultado dos primeiros passos de uma pesquisa ainda muito incipiente, e por outro lado, o objetivo principal do mesmo é apresentar um pouco sobre a realidade dos Guarani na Região Oeste do Paraná para que possa se somar ao debate e de alguma forma, contribuir com a luta indígena em geral.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BREDA, Tadeu. Guarani resistem a preconceito enquanto exigem demarcações no Paraná. **Rede Brasil Atual**, 11 jul.2014. Cidadania. Disponível em <http://www.redebrasilatual.com.br>, acessado em agosto de 2014.

CARVALHO, Maria Lúcia Brant. **Das Terras dos Índios a Índios Sem Terra, O Estado e os Guarani do Oco'y: Violência Silêncio e Luta**. (Tese de doutorado em Geografia) São Paulo/SP: Universidade de São Paulo, 2013.

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO (CIMI). **Relatório: Violências contra os Povos Indígenas no Brasil – Dados de 2013**. Brasília: CIMI, 2013.p.128

FABRINI, João Edmilson et al. Conflitos entre Ruralistas, Camponeses e Indígenas no Paraná. **Boletim Data Luta**, Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – NERA: Presidente Prudente, dezembro de 2013, n 72. ISSN2177-446

FERREIRA, Eva Maria Luiz. **A participação dos índios Kaiowá e Guarani como trabalhadores da Companhia Matte Laranjeira (1902 – 1952)**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Grande Dourados, 2007.

OLIVEIRA, Diogo de. Sobre os índios guairenses e a FUNAI. **O Paranazão**, 27 abril.2013. Correio do Leitor.

OLIVEIRA, Diogo de. **Arandu nhembo “EA: Cosmologia, agricultura e xamanismo entre os Guarani-Chiripá no Litoral de Santa Catarina**. (Dissertação em antropologia social). Florianópolis/SC: Universidade Federal de Santa Catarina, 2011.

PACKER, Ian. **Violação dos direitos humanos e territoriais dos Guarani no Oeste do Paraná (1946-1988): Subsídio para a Comissão Nacional da Verdade**. Centro de Trabalho Indigenista, outubro de 2013. Disponível em www.trabalhoindigenista.org.br, acessado em julho de 2014.

RIBEIRO, Sarah Iurkiv Gomes Tibes. **O horizonte é a terra: manipulação da identidade e construção do ser entre os Guarani no oeste do Paraná.** Porto Alegre, PUC-RS, 2002.